



Número: **0001552-70.2024.2.00.0814**

Classe: **INSPEÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Pará**

Última distribuição : **27/03/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Inspeção / Correição**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
TJPA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA (INSPETOR)			
TOMÉ-AÇU - VARA ÚNICA (INSPECIONADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42477 35	24/04/2024 09:22	Relatório final - Inspeção correicional - Comarca de Tomé-Açu	Documento de Comprovação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

INSPEÇÃO CORREICIONAL
VARA ÚNICA DA COMARCA DE TOMÉ-AÇU

Comarca	Tomé-Açu 2º Pólo - 2ª Região Judiciária – 39ª Zona Eleitoral
Unidade Inspeccionada	Vara Única
Competência da Unidade	Plena – cível e criminal - execução penal em regime fechado e aberto
Data da Inspeção/Edital	26 e 27 de fevereiro de 2023
Responsável pelo preenchimento do questionário na Unidade	Hanne K. Monteiro Caliman Moura – Analista/ TJPA – Diretora de Secretaria da Vara Única da Comarca de Tomé-Açu desde fevereiro/2023.



Foto: Fachada externa do Fórum Dra. Nezilida de Melo Bentes





1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Anotação da Unidade: JOSÉ RONALDO PEREIRA SALES – JUIZ TITULAR

Observação da Corregedoria: O Exmo. Sr. Dr. José Ronaldo Pereira Sales é o Juiz Titular da Comarca desde 11/05/2017 – 39ª Zona Eleitoral.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- a. Férias: 13/11 a 02/12
- b. Folgas compensatórias: não houve
- c. Licenças: não houve

1.3. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Anotação da Unidade: 01 expediente em 20/02/2024 (Pjecor 0003456-96.2022.2.00.0814 - prazo até 01/04/2024).

Observação da Corregedoria: A servidora Claudiana Hage, Diretora de Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça expediu certidão nos seguintes termos: *"Informo, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "Tomé Açu –Vara Única - TJPa", foi localizado nesta Corregedoria expediente disciplinar em tramitação a saber: REP 0004773-95.2023.2.000.0814 (Conclusos com Manifestação da Vara); Informo ainda, que foi localizado expedientes administrativos em andamento, a saber: PP 0002330-74.2023.2.00.0814 (Conclusos com Manifestação da Vara), PP 0002746-42.2023.2.00.0814 (Com Decisão de Arquivamento), PP 0001000-08.2024.2.00.0814 (Conclusos), PP 0001065-03.2024.2.00.0814 (Para distribuição) e CorOrd 0004835-38.2023.2.00.0814 (Conclusos com Manifestação da Vara); Informo por derradeiro, que em desfavor do magistrado titular da Vara, Dr. José Ronaldo Pereira Sales foi localizado os expedientes em tramitação, a*





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

saber: **RD 0004562-59.2023.2.000814** (Conclusos com Manifestação), **RD 0004593-79.2023.2.000814** (Com Decisão de Arquivamento), **RD 0004681-20.2023.2.00.0814** (Aguardando Manifestação), **RD 0000526-37.2024.2.00.0814** (Aguardando Manifestação).”

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Observação da Corregedoria: Atualmente, há na Comarca de Tomé-Açu, 02 (dois) servidores em regime de teletrabalho: a assessora do Juízo Verena Veríssimo Barroso Gomes e o servidor Melquizedek Monteiro Melo. O controle de produtividade é realizado conforme o plano de trabalho dos servidores.

2.2. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial?

Observação da Corregedoria: As tarefas são distribuídas de acordo com a necessidade de cumprimento e controladas pelo gestor da Unidade. Sugere-se que seja recomendado ao magistrado que expeça ofício à Secretaria de Gestão de Pessoas para que seja providenciado o ajuste da lotação dos servidores no sistema Menthorh, no que se refere ao local de exercício de suas atividades, caso as informações do painel de gestão de atividades não se encontrem exatas (servidores de Gabinete/Secretaria).

Nome da UPI: Todos

Unidade Lotação: Gabinete da Vara Única da Comarca de ...

SELECIONE UM PERÍODO: 25/11/2023 | 25/02/2024

RESUMO

NOME DO SERVIDOR	DENOME	MOVIMENTOS IG	TAREFAS IG	PROCESSOS IG
MELQUIZEDEK MONTEIRO MELO		1.729	3.012	832
VERENA VERÍSSIMO BARROSO GOMES		389	1.232	641
Total		2.118	4.244	1.274





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PAINEL DE GESTÃO DE ATIVIDADES - TIPA
RELATÓRIOS DO 1º GRAU Fonte: Base de dados do TIPA

Atualizado até: 25/02/2024 00:00:00

SELECIONE UM PERÍODO: 25/11/2023 25/02/2024

NOME DO SERVIDOR	DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
<input type="checkbox"/> BEATRIZ DIAS DE SOUZA	<input type="checkbox"/> HANHANNY KAROLINE BARBOSA DE SOUZA	949	938	425
<input type="checkbox"/> DORIEDSON GONZAGA PINTO	<input type="checkbox"/> VANESSA SILVA SARGES	920	2.402	432
<input type="checkbox"/> EDUARDO RENAN RODRIGUES MOURA	<input type="checkbox"/> EDUARDO RENAN RODRIGUES MOURA	904	1.139	688
<input type="checkbox"/> ELOIDE DA CONCEIÇÃO SOBRINHO	<input type="checkbox"/> GEIZIELLY EVANGELISTA DE OLIVEIRA	831	2.308	884
<input type="checkbox"/> GEIZIELLY EVANGELISTA DE OLIVEIRA	<input type="checkbox"/> HANNE KELLEN MONTEIRO CALIMAM MOURA	783	1.443	474
<input type="checkbox"/> HANNE KELLEN MONTEIRO CALIMAM MOURA	<input type="checkbox"/> DORIEDSON GONZAGA PINTO	556	1.588	196
<input type="checkbox"/> HANHANNY KAROLINE BARBOSA DE SOUZA	<input type="checkbox"/> MAKLENE DO CARMO SILVA	487	1.081	264
<input type="checkbox"/> IVI LOPES TAVARES	<input type="checkbox"/> BEATRIZ DIAS DE SOUZA	486	776	285
<input type="checkbox"/> JAIRO BERNARDES ROGERIO	<input type="checkbox"/> ELOIDE DA CONCEIÇÃO SOBRINHO	305	1.061	708
<input type="checkbox"/> MAKLENE DO CARMO SILVA	<input type="checkbox"/> IVI LOPES TAVARES	299	644	347
<input type="checkbox"/> ODINE FERREIRA PEREIRA	<input type="checkbox"/> ODINE FERREIRA PEREIRA	201	137	172
<input type="checkbox"/> SAMARAH RAFAELLY DO NASCIMENTO MONTEIRO	<input type="checkbox"/> SAMARAH RAFAELLY DO NASCIMENTO MONTEIRO	171	378	150
<input type="checkbox"/> VANESSA SILVA SARGES	<input type="checkbox"/> JAIRO BERNARDES ROGERIO	66	109	50
	Total	6.938	13.904	3.687

2.3. Quadro de pessoal:

2.3.1. Secretaria:

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/ terceirizado)
Hanne Kelen Monteiro Calimam Moura	Analista Judiciário – Diretora de Secretaria – atividades da área criminal/cível
Jairo Bernardes Rogério	Auxiliar Judiciário – atividades da área criminal – empossado 06/02/2024
Ivi Lopes Tavares	Analista Judiciário – atividades da área cível, criminal e execução penal
Ivan Márvio Barbosa da Silva	Atendente Judiciário – atividades da área criminal
Laércio Borges da Silva	Efetivo - Afastado em razão de pedido de aposentadoria
Adriele Sales Glória	Cedida – Prefeitura Municipal – atividades da área criminal





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Beatriz Souza	Cedida – Prefeitura Municipal – atividades da área criminal
Geizielly Evangelista de Oliveira	Cedida – Prefeitura Municipal – atividades da área criminal
Vanessa Santos	Cedida – Prefeitura Municipal – atividades da área cível
Elder Espíndola Lacerda	Cedido – Prefeitura Municipal - atividades da área cível
Maklene Silva	Cedida – Prefeitura Municipal – atividades da área cível
Hohanny Karoline Barbosa de Souza	Cedida – Prefeitura Municipal – atividades da área criminal
Eduardo Renan Rodrigues Moura	Estagiário
Odiene Ferreira Pereira	Estagiária

2.3.2. Gabinete:

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/terceirizado)
Verena Veríssimo Barroso Gomes	Analista Judiciária – Assessora do Juízo – teletrabalho – atividades da área criminal
Laryssa Rosendo de Almeida	Analista Judiciário – atividades da área cível
Eloide da Conceição Sobrinho	Analista Judiciário - atividades da área cível
Melquizedec Monteiro Melo	Analista Judiciário – teletrabalho – atividades da área cível e criminal

2.3.4. Demais setores do Fórum (UNAJ/Distribuição/Oficiais de Justiça/Terceirizados):





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/req uisitado/estagiário/ terceirizado)	Local de exercício de funções
Isis Cristina Queiroz Dias	Cedida – Prefeitura Municipal – nível superior – Assistente Social	Setor Multidisciplinar
Apolo Franco Novaes dos Santos	Oficial de Justiça	-
Charles Félix de Oliveira	Oficial de Justiça	-
Luciane Brito de Souza	Oficial de Justiça	-
Affonso Celso Vidinha Castelo Branco Barata	Exclusivamente comissionado	Chefe da UNAJ

2.1.1 TOTAL DE SERVIDORES QUE LABORAM NO FÓRUM:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	04
Exclusivamente comissionados(as)	00
Cedidos(as)/Requisitados(as)	08 (todos cedidos da Prefeitura Municipal)
Estagiários/as	02
Terceirizados/as	01 (serviços gerais)

Fonte: Informações Gerenciais de Pessoal - IGP





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Vara Unica da Comarca de Tome-Acu

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Vara Unica da Comarca de Tome-Acu
Gestor(a) [Hanne Kellen Monteiro Caliman Moura](#)
Localização FORUM DRA. NEZILDA DE MELO BENTES
Telefones (91) 3727-1290
E-mail Institucional
Juiz Titular Jose Ronaldo Pereira Sales

Nome	Vinculo	Grupo	Situação
Beatriz Dias de Souza	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Doriedson Gonzaga Pinto	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Eduardo Renan Rodrigues Moura	Estagiario	Estagiario	Normal
Elóide da Conceicao Sobrinho	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Geizely Evangelista de Oliveira	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Hanne Kellen Monteiro Caliman Moura	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Hohanny Karoline Barbosa de Souza	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Ivi Lopes Tavares	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Jairo Bernardes Rogerio	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Jose Ronaldo Pereira Sales	Magistrados	Diretor do Forum de Tome-Acu	Normal
Maklene do Carmo Silva	Requisitado	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Odieni Ferreira Pereira	Estagiario	Estagiario	Normal
Samarah Rafaely do Nascimento Monteiro	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Vanessa Silva Sarges	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal

Informe local de trabalho para pesquisa:

Secretaria do Forum da Comarca de Tome-Acu

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Secretaria do Forum da Comarca de Tome-Acu
Gestor(a) [Jose Ronaldo Pereira Sales](#)
Localização FORUM DRA. NEZILDA DE MELO BENTES
Telefones (91) 3727-1290
E-mail Institucional

Nome	Vinculo	Grupo	Situação
Adrielle Leticia Sales Gloria	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Elder Espindola Lacerda	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal

Gabinete da Vara Unica da Comarca de Tome-Acu

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Gabinete da Vara Unica da Comarca de Tome-Acu
Gestor(a) [Hanne Kellen Monteiro Caliman Moura](#)
Localização FORUM DRA. NEZILDA DE MELO BENTES
Telefones (91) 3727-1290
E-mail Institucional

Nome	Vinculo	Grupo	Situação
Melquizedeck Monteiro Melo	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Verena Verissimo Barroso Gomes	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal

Informe local de trabalho para pesquisa:

Unidade Regional de Arrecadacao - 2RJ-Tome-Acu

SubÁrea Secretaria de Planejamento, Coordenacao e Financas
Lotação Unidade Regional de Arrecadacao - 2RJ-Tome-Acu
Gestor(a) [Jose Ronaldo Pereira Sales](#)
Localização FORUM DRA. NEZILDA DE MELO BENTES
Telefones (91) 3727-1290
E-mail Institucional

Nome	Vinculo	Grupo	Situação
Alfonso Celso Vidinha Castello Branco Barata	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Afastamento: Pericia Médica INSS: 01/07/2023 - 01/03/2024 - Dia(s): 245.

Informe local de trabalho para pesquisa:

Central de Mandados da Comarca de Tome-Acu

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Central de Mandados da Comarca de Tome-Acu
Gestor(a) [Jose Ronaldo Pereira Sales](#)
Localização FORUM DRA. NEZILDA DE MELO BENTES
Telefones (91) 3727-1290
E-mail Institucional

Nome	Vinculo	Grupo	Situação
Agostinho Franco Novaes dos Santos	Efetivo	Oficial de Justicia Avaliador	Normal
Charles Felix de Oliveira	Efetivo	Oficial de Justicia Avaliador	Normal
Laercio Borges da Silva	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Afastamento: Afast - Pedido de Aposentadoria: 01/02/2024 - 31/03/2024 - Dia(s): 60.
Luciane Brito de Sousa	Efetivo	Oficial de Justicia Avaliador	Normal





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Informe local de trabalho para pesquisa:

Protocolo e Distribuição da Comarca de Tome-Açu

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Protocolo e Distribuição da Comarca de Tome-Açu
Gestor(a) Jose Ronaldo Pereira Sales
Localização FORUM DRA. NEZILDA DE MELO BENTES
Telefones (91) 3727-1290
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Ivan Marvio Barbosa da Silva	Efetivo	Atendente Judiciario	Normal

Observação da Corregedoria: Da análise do corpo funcional e de acordo com o relatado também pelo magistrado, ocorreu nos últimos anos rotatividade de servidores em decorrência de aposentadoria, remoção, cessão, licença médica e se fez necessário reajustar os servidores para exercício de funções na Unidade para atendimento da demanda.

****Tabela de lotação de pessoal**

Fonte: página da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJP



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
TLP 1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau e Segundo Grau
1º Semestre - 2023

Grau	Tipo	Unidade	UF	Município (IBGE)	LP - Lotação Paradigma	EFETIVOS LR_Efet	INGRESSARAM LR_J	SERVIDORES SEM VÍNCULO APENAS COM CARGO EM COMISSÃO LR_SV	QUANTIDADE DE SERVIDORES EM JANEIRO DE 2023								TOTAL DE EFETIVOS EM CARGO DE COMISSÃO	EFETIVOS COM FUNÇÃO DE CONFIANÇA		TOTAL DE EFETIVOS EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA	
									CS0	CS1	CS2	CS3	CS4	CS5	CS6	CS7		CS8	FG1		FG2
Primeiro	Vara	VARA ÚNICA DE TOMÉ-AGU	PA	1508001	8	6	6	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0

IPS – Índice de Produtividade do Servidor



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

TOME-AGU VARA ÚNICA DE TOMÉ-AGU

IPS - Índice de Produtividade do Servidor

11 Servidores em Secretaria

2 Servidores em Gabinete

0 Servidores Afastados

133 Índice de Produtividade do Servidor

1.731 Processos Baixados

13 Servidor(es)

Lista de servidor(es) lotados na Unidade

MATRÍCULA	NOME	CARGO	VÍNCULO	TIPO (CN)
36099	HANNE KELLEN MONTEIRO CALIMAN MOURA	Analista Judiciario	Efetivo	TPEfet
89541	IVI LOPES TAVARES	Analista Judiciario - Area Judiciaria	Efetivo	TPEfet
166499	SAMARAH RAFAELLY DO NASCIMENTO MONTEIRO	Analista Judiciario - Area Judiciaria	Efetivo	TPEfet
169757	VERENA VERISSIMO BARROSO GOMES	Auxiliar Judiciario	Efetivo	TPEfet
189936	GEIZIELLY EVANGELISTA DE OLIVEIRA	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado - Prefeitura	TPI
199184	HOHANNY KAROLINE BARBOSA DE SOUZA	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado - Prefeitura	TPI
205362	DORIEYSON GONZAGA PINTO	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado - Prefeitura	TPI
206971	MELQUIZEZECK MONTEIRO MELO	Analista Judiciario - Area Judiciaria	Efetivo	TPEfet
209953	VANESSA SILVA SARGES	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado - Prefeitura	TPI
211885	MARLENE DO CARMO SILVA	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado - Prefeitura	TPI
212997	ELOIDE DA CONCEICAO SOBRINHO	Analista Judiciario - Area Judiciaria	Efetivo	TPEfet
216241	BEATRIZ DIAS DE SOUZA	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado - Prefeitura	TPI





2.2. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2024?

Anotação da Unidade: O acompanhamento é realizado diariamente, de acordo com o plano de gestão traçado, ao final do período é realizada reunião com os servidores envolvidos no cumprimento do plano de gestão e verificação dos índices alcançados.

Observação da Corregedoria: O magistrado foi cientificado que o plano de ação encaminhado com a autocorreção à Corregedoria-Geral precisa ser complementado, incluindo-se as metas nacionais e os processos paralisados há mais de cem dias, considerando-se que o plano de ação foi programado para execução de metas apenas até julho de 2024.

2.3. Quais cursos ofertados pela Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. A realização de cursos está sendo observada pelos gestores no momento da avaliação periódica de desempenho do servidor?

Anotação da Unidade: Em sua maioria, realizam cursos de atualização, aperfeiçoamento e formação continuada. A comprovação é solicitada pelo gestor por ocasião da avaliação de desempenho do servidor.

SERVIDORES DE GABINETE: ELOIDE SOBRINHO: CURSO CALCULO JUDICIAL NAS AÇÕES DE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PUBLICA; CURSO ROTINAS CÍVEIS NO PJE; CURSO ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO DO PODER JUDICIÁRIO DO PARÁ; CURSO SIGA-DOC EXPEDIENTES E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS; VERENA VERISSIMO: CURSO TELETRABALHO; WEBINÁRIO SOBRE LITIGÂNCIA PREDATÓRIA, SEUS IMPACTOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA E ALTERNATIVAS POSSÍVEIS; STF Educa - Controle de Constitucionalidade da Legislação Local; CURSO “A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO; STF Educa - Aplicação da inteligência artificial ao Direito; CURSO GESTÃO JUDICIÁRIA – TURMA 3; DORIEDSON





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

GONZAGA: não realizou cursos no ano de 2023; SAMARAH MONTEIRO: Com certificado: CURSO ACESSO À JUSTIÇA E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA e SEMINÁRIO SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS NO ESTADO DO PARÁ: ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO A PARTIR DA ADPF 828; Sem certificado: TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 09 – MODELOS
Treinamento 29/06/2023 29/06/2023 3 Online
Concluído/Aprovado TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 08 – COMUNICAÇÕES
Treinamento 28/06/2023 28/06/2023 3 Online
Concluído/Aprovado TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 07 – AUTOS DIGITAIS
Treinamento 27/06/2023 27/06/2023 3 Online
Concluído/Aprovado TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 06 – PAINEL DO USUÁRIO / MENU VERTICAL; IVI LOPES TAVARES: Capacitação para a utilização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) - Modulo Secretaria - Analista Judiciário.
HANNE MONTEIRO: 1) SEMINÁRIO SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS NO ESTADO DO PARÁ: ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO A PARTIR DA ADPF 828 (concluído/ aprovado/ certificado); 2) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 06 – PAINEL DO USUÁRIO / MENU VERTICAL (concluído/ aprovado – aguardando certificado); 3) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 07 – AUTOS DIGITAIS (concluído/ aprovado – aguardando certificado); 4) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 08 – COMUNICAÇÕES (concluído/ aprovado – aguardando certificado); 5) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 09 – MODELOS (concluído/ aprovado – aguardando certificado); 6) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 10 – DIRETOR DE SECRETARIA (concluído/ aprovado – aguardando certificado); 7) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA11– PAINEL DO USUÁRIO / MENU VERTICAL (concluído/ aprovado – aguardando certificado); 8) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA12 – AUTOS DIGITAIS (concluído/ aprovado – aguardando certificado); 9) CURSO GESTÃO JUDICIÁRIA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

– TURMA 3 (concluído/ aprovado/ certificado); 10) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - TURMA 34: PLANTÃO (concluído/ aprovado/ certificado); 11) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - TURMA 35: PLANTÃO (concluído/ aprovado/ certificado); 12) TREINAMENTO SISTEMA DE DEPÓSITO JUDICIAL - TEORIA E PRÁTICA (concluído/ aprovado/ certificado); 13) CURSO “JUSTIÇA DIGITAL INOVADORA” (concluído/ aprovado/ certificado); 14) CURSO JURIMETRIA: O DIREITO POR MEIO DE DADOS (concluído/ aprovado/ certificado). MELQUIZEDECK MONTEIRO MELO: 1) TREINAMENTO PJE NA PRÁTICA – TURMA 16 AUTOS DIGITAIS; CURSO TELETRABALHO; 2) TREINAMENTO PJE NA PRÁTICA – TURMA 10 DIRETOR DE SECRETARIA/ TREINAMENTO TJPE NA PRÁTICA (concluído/ aprovado/ aguardando certificado) – TURMA 08 COMUNICAÇÕES; 3) TREINAMENTO PJE NA PRÁTICA – TURMA 7 AUTOS DIGITAIS. ELDER LACERDA: 1) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 06 – PAINEL DO USUÁRIO / MENU VERTICAL; 2) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 07 – AUTOS DIGITAIS; 3) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 08 – COMUNICAÇÕES; 4) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TURMA 09 – MODELOS; 5) TREINAMENTO PJE NA PRÁTICA - TURMA 20: MINUTAS E REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA; 6) TREINAMENTO PJE NA PRÁTICA - TURMA 21: CADASTRO, DISPONIBILIDADE E DESIGNAÇÃO PERÍCIA; 7) CURSO: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CÍVEL E PENAL; 8) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA- TURMA 31: SERVIDOR UNAJ/COBRANÇA; 9) TREINAMENTO SISTEMA DE DEPÓSITO JUDICIAL - TEORIA E PRÁTICA. MAKLENE SILVA: 1) CURSO T7 - MÓDULO 2 - AUTOS DIGITAIS - REALIZADO EM 27/06/2023; 2) CURSO T8 - MÓDULO 3 - COMUNICAÇÕES - REALIZADO EM 04/07/2023; 3) CURSO T9 - MÓDULO 4 - MODELOS DE DOCUMENTOS - REALIZADO EM 29/06/2023; VANESSA SARGES: 1) CURSO T7 - MÓDULO 2 - AUTOS DIGITAIS - REALIZADO EM 27/06/2023; 2) CURSO T8 - MÓDULO 3 - COMUNICAÇÕES - REALIZADO





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

EM 04/07/223; 3) CURSO T9 - MÓDULO 4 - MODELOS DE DOCUMENTOS -
REALIZADO EM 29/06/2023;

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do Gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Anotação da Unidade: Houve os pedidos de nomeação de novos servidores, o que ajudaria na solução do quadro de carência de servidores e que tem se refletido negativamente na prestação jurisdicional na Comarca. No entanto, os pedidos foram indeferidos.

TJPA-MEM-2023/05578 - SOLICITAÇÃO DE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA COMPOR A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

TJPA-MEM-2023/36841 - NOMEAÇÃO DE UM(A) AUXILIAR JUDICIÁRIO, em substituição à ex-servidora MONIQUE PICAÑO NEIVA;

TJPA-MEM-2023/36839 - SOLICITAÇÃO DE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA COMPOR A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

TJPA-MEM-2023/06202 – reiteração do pedido TJPA-MEM-2023/04281

TJPA-MEM-2023/04286 - SOLICITAR A NOMEAÇÃO DE UM OFICIAL DE JUSTIÇA

TJPA-MEM-2023/04281 - SOLICITAR A NOMEAÇÃO DE QUATRO AUXILIARES JUDICIÁRIOS

TJPA-MEM-2023/04275 - LAERCIO BORGES DA SILVA SEJA SUBMETIDO A PERÍCIA MÉDICA

Observação da Corregedoria: O prédio do Fórum da Comarca de Tomé Açu foi inaugurado há aproximadamente 10 anos, em 30/05/2013. Se trata de edificação térrea composta por sala de protocolo, recepção, salão do júri (com banheiro, sala secreta, sala de testemunhas, carceragem), sala de arquivo, 02 banheiros disponíveis para uso





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

pelos jurisdicionados, 02 banheiros para PCD (masculino e feminino), 02 banheiros para uso privativo dos servidores (masculino e feminino), sala da UNAJ, sala dos Oficiais de Justiça, sala de informática, copa, sala de assessoria, sala de audiência, gabinete do juízo, sala de depoimento especial (onde se encontra instalado o equipamento de identificação biométrica), além de espaço para que os jurisdicionados aguardem atendimento. Há também salas para utilização pelo Ministério Público e OAB. A segurança do prédio é realizada por segurança armada de 2^a à 6^a feira, de 7h às 16:48hs e das 17hs até as 5h da manhã por um guarda municipal. O prédio conta com câmeras de monitoramento. Tendo em vista a estrutura predial do Fórum da Comarca, os servidores que atuam nos atos de Secretaria foram alocados em três salas separadas, uma em que laboram os servidores com a matéria cível, outra em que laboram a matéria criminal e ainda, na sala de protocolo ficam os servidores que executam funções relacionadas à execução penal. Através do processo sigadoc MEM 2023/04129, de 26/01/2023, foi solicitada a realização de manutenção predial, em razão de diversos problemas estruturais causados pelo tempo, como problemas nos banheiros, calha e buracos no forro, etc. Durante a Inspeção foi informado que no mês de outubro/2023 compareceu ao Fórum um servidor de empresa terceirizada para verificar as necessidades de manutenção, algumas demandas foram atendidas e outras não. Um dos banheiros de acesso ao público se encontra interditado há anos, conforme mencionado pelos servidores, em razão de instalação drenos da central de ar naquele compartimento, que gerou vazamento de água e inutilização do espaço. Alguns consertos e manutenções já foram solicitadas pela Direção do Fórum à Secretaria de Administração e aguardam atendimento.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Siga-Doc's pendentes de Atendimento – Vara Única de Tomé-Açu

MEM-2022/46408 – Alteração do local de instalação da central de ar – Sala de Informática;

MEM-2023/04148 / TJPA-DES-2023/232613 – Substituição de ventiladores, tendo em vista que não há nenhum funcionando nas salas de espera;

MEM-2023/06847 – pontos para instalação de câmeras;

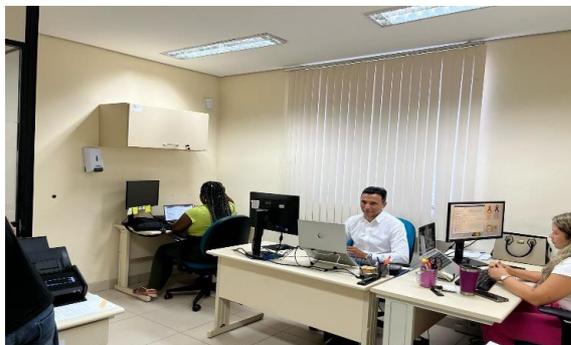
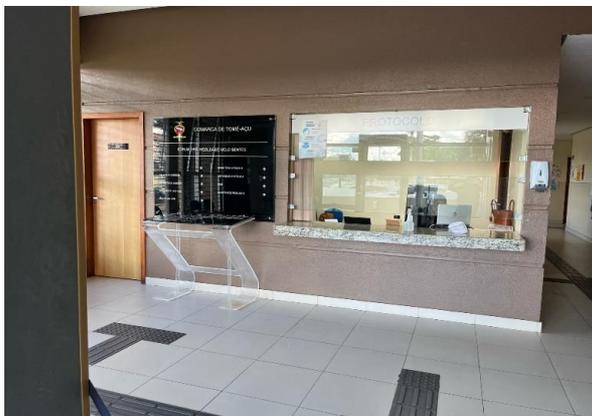
MEM-2023/38878 – Solicitação de bebedouro para atender o público;

MEM-2023/04129 – Manutenção geral, pendentes Item 1; item 2 e item 6.

MEM-2024/10639 - Manutenção do telhado, devido as fortes chuvas, surgiram algumas goteiras;

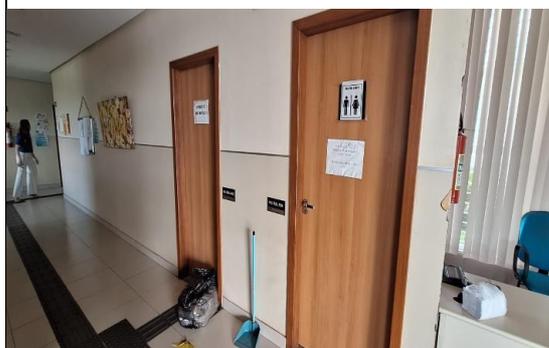
MEM-2024/11212 – Manutenção maçanetas, banheiro e centrais de ar.

Considerando as necessárias manutenções verificadas durante a Inspeção no Fórum da Comarca de Tomé-Açu, **sugere-se** que seja expedido ofício à Presidência do TJPA para ciência e solicitação de intercessão junto aos setores competentes para atendimento, tão logo quanto possível, das demandas estruturais e de material do prédio, considerando que é um relevante patrimônio do TJPA e da população de Tomé-Açu.



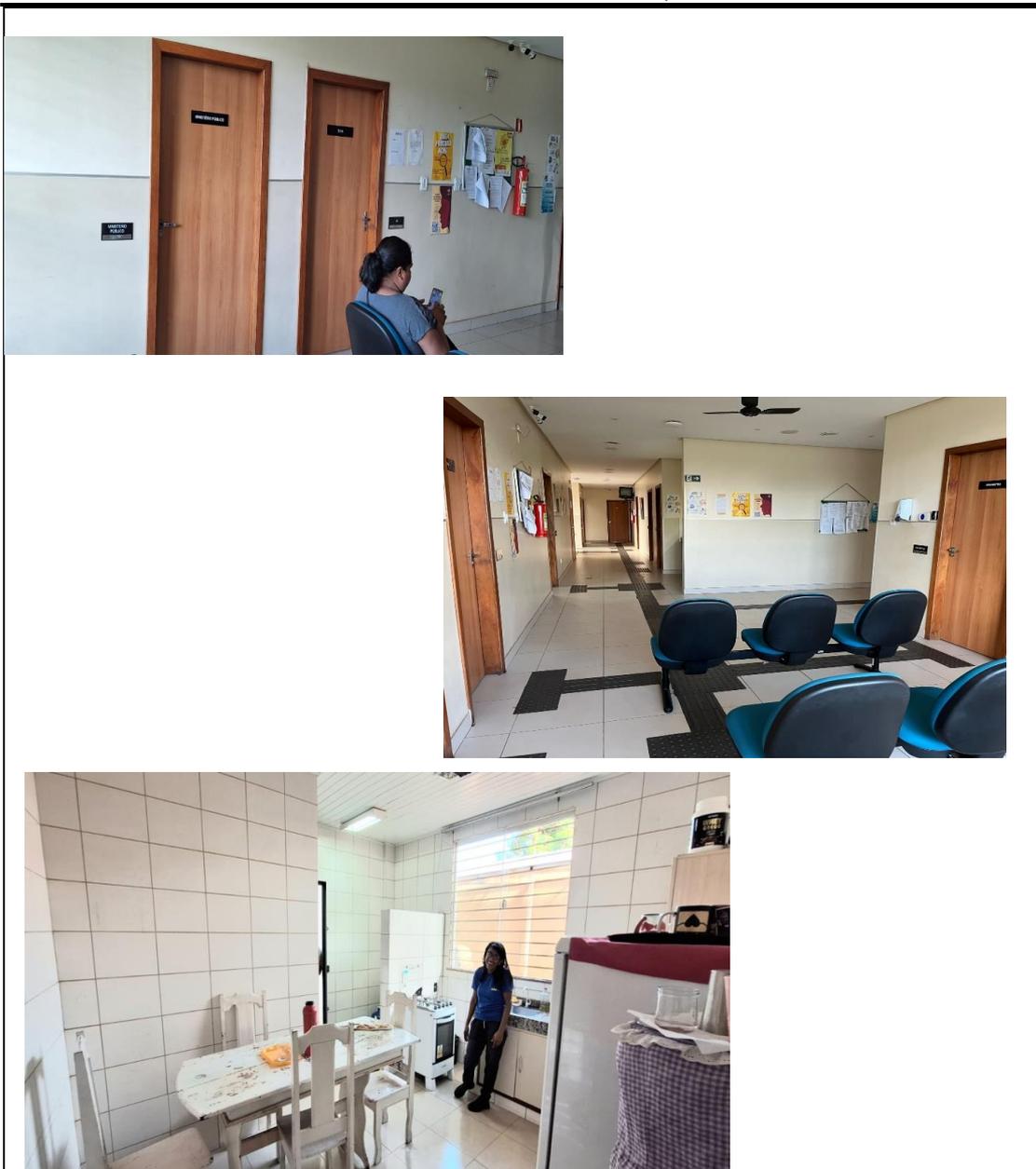


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 22/fevereiro/2024.

*Registro em inspeção: 26/02/2024





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos ativos	5.713	5.732
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	6.638 (em 22/02/2024)	6.662
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	925 (em 22/02/2024)	930
Total do acervo com prioridade	877 (em 22/02/2024)	878
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	547 (em 22/02/2024)	564
Total de processos com prioridade legal sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	40 (em 22/02/2024)	73
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	2.139 (em 22/02/2024)	2.084
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	1.156 (em 22/02/2024)	1.143
Total de processo conclusos para o(a) magistrado há mais de 100 dias envolvendo prioridade legal	80 (em 22/02/2024)	73

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	633 Fonte: <i>Painel de Gestão 27/02/24</i> <i>De 26/11/23 a 26/02/2024</i>
Total de processos julgados	462 Fonte: <i>Painel de Gestão 27/02/24</i> <i>De 26/11/23 a 26/02/2024</i>
Total de processos baixados definitivamente do acervo	210 Fonte: <i>Painel do PIB – ano corrente</i> <i>(janeiro até a data da Inspeção)</i>

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

Fonte: *Painel de Gestão 27/02/24 - De 26/11/23 a 26/02/2024*

[Voltar ao relatório](#) **RESUMO DE PRODUÇÃO DO GABINETE**

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS INTERNOS JULGADOS
JOSE RONALDO PEREIRA SALES	1.034	859	295	31	
IRAN FERREIRA SAMPAIO	165	372	101	1	
ANDRE MONTEIRO GOMES	5	9			
RODRIGO MENDES CRUZ		3			
CAMILLA TEIXEIRA DE ASSUMPÇÃO	2	2			
LUISA PADOAN	10	2			
		1			
NATALIA ARAUJO SILVA			34		
Total	1.216	1.248	430	32	

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS INTERNOS JULGADOS
JOSE RONALDO PEREIRA SALES	1.034	859	295	31	
IRAN FERREIRA SAMPAIO	165	372	101	1	
ANDRE MONTEIRO GOMES	5	9			
RODRIGO MENDES CRUZ		3			
CAMILLA TEIXEIRA DE ASSUMPÇÃO	2	2			
LUISA PADOAN	10	2			
		1			
NATALIA ARAUJO SILVA			34		
Total	1.216	1.248	430	32	

4.4. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Anotação da Unidade: Sim.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: Durante o período da Inspeção, a Unidade possuía **1.707** processos paralisados há mais de 100 dias, dos quais **1.143** se encontram em Gabinete e **564** em Secretaria. Dentre os processos concluídos, o mais antigo é o de n. 08003674320208140060, concluído desde 05/08/2021 – Ação Civil de Improbidade Administrativa).

Questionados quanto ao controle dos processos em PP+100, a Assessora do Juízo informou que extrai os relatórios do painel de gestão e gerencia os dados.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

VARA ÚNICA DE TOMÉ-AÇU

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO PRODUZIDO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	DECLARADO
000054421118-40000	2019	246	EM ANDAMENTO	PRE-10	156 - Cumprim
00000378201133-40000	2013	201	EM ANDAMENTO	PRE-10	203 - Ação Penal
00000096201123-40000	2012	174	EM ANDAMENTO	PRE-10	203 - Ação Penal
00000131620208-40000	2005	200	EM ANDAMENTO	PRE-10	1116 - EXECUÇÃO
00000174202018-40000	2009	159	EM ANDAMENTO	PRE-10	7 - Processim
00000142021123-40000	2011	214	EM ANDAMENTO	PRE-10	46 - Retençãop
00000116201198-40000	2019	180	EM ANDAMENTO	PRE-10	203 - Ação Penal
000001416201308-40000	2010	170	EM ANDAMENTO	PRE-10	48 - MANDADO
00000262021123-40000	2012	216	JULGADO	PRE-10	7 - Processim
0000012401181-40000	2018	199	EM ANDAMENTO	PRE-10	203 - Ação Penal
00000416201008-40000	2009	447	EM ANDAMENTO	PRE-10	7 - Processim
0000059201123-40000	2012	388	EM ANDAMENTO	PRE-10	7 - Processim
00001127401009-40000	2000	129	EM ANDAMENTO	PRE-10	203 - Ação Penal
0000199202008-40000	2009	340	JULGADO	PRE-10	150 - Cumprim
0000115802008-40000	2009	303	EM ANDAMENTO	PRE-10	46 - Retençãop
00001158020143-40000	2014	236	JULGADO	PRE-10	7 - Processim
00001172401009-40000	2009	213	EM ANDAMENTO	PRE-10	159 - EXECUÇÃO
00001318020008-40000	2008	174	EM ANDAMENTO	PRE-10	203 - Ação Penal
00001190201447-40000	2014	204	JULGADO	PRE-10	7 - Processim
0000113701181-40000	2014	393	EM ANDAMENTO	PRE-10	7 - Processim

Resumo do painel:

- PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias: 54,85%
- Acervo Paralisado: 1.143
- Acervo Ativo: 2.084

5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2024:

Painel de Metas em 26/02/2024

METAS NACIONAIS 2024
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA
COORDENADORIA DE CONTROLE DE INDICADORES E METAS

Atualização: 24/02/2024 18:50:37

COMARCA, Unidade Judiciária [usar seta à esquerda para subníveis de Comarca]
TOME-AÇU (COMARCA) + VARA ÚNICA DE TOMÉ-AÇU (Unidade Judiciária [us...])

Meta	Situação	Grau de Cumprimento	Grau de Julgamento	Meta de Processos	Processos Julgados	Necessidade de Julgar
Meta 1	Não cumprida	90,80%	249	2.004	1.369	635
Meta 2	Não cumprida	68,34%	54,67%	2.004	1.369	635
Meta 4	Não cumprida	29,78%	19,35%	21	6	15
Meta 8 FEM	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Meta 8 VDM	Não cumprida	39,68%	35,71%	139	55	84
Meta 10	Não cumprida	12,99%	4,55%	8	1	7
Meta 11	Não cumprida	37,04%	33,33%	154	57	97

Dados de 2024 com referência do Glossário de Metas de 2022. Os dados podem sofrer alterações com a publicação do Glossário de 2024.

Glossários | Detalhe da Movimentação | Consulte os processos pendentes

5.1. Qual ação estabelecida no planejamento da unidade para cumprimento da Meta 1/2024-CNJ?





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: Atualmente, nenhuma específica para meta 1. O plano de ação da unidade envolve a baixa processual e pp+100. Entretanto, com a nomeação recente, ocorrida em 21/02/2024 de nova servidora e o remanejamento de mais um analista, ambos atuando em gabinete, essa condição poderá ser revista.

Observação da Corregedoria: O magistrado foi orientado quanto à necessidade de complementar o plano de ação para incluir os processos paralisados há mais de cem dias e os processos que compõem as metas nacionais, realizando triagem e inclusão em pauta de audiência dos processos das metas nacionais, especialmente os de Meta 2.

5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-CNJ? E quantos destes aguardam julgamento há mais de 10 (dez) anos? (gestão judiciária)

Anotação da Unidade: 648 processos. Nenhum deles está conclusos para julgamento há mais de 10 anos. Existem 95 processos que foram distribuídos há mais de 10 anos (2008 a 2013).

Observação da Corregedoria: Durante a Inspeção, o Painel de Gestão apontava a necessidade de julgamento de **635** processos para cumprimento da Meta 2/2024.



5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento das Metas 4, 8, 10, 11/2024-CNJ? (gestão judiciária)?





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade:

META 4: 15 processos

META 8: não se aplica

META 10: 7 processos

META 11: 97 processos

Observação da Corregedoria: Há necessidade de julgamento de 84 processos da Meta 8 – VDM

5.4. Houve diminuição da Taxa de congestionamento da unidade judicial (como parâmetro inicial 01.01.24 e final a data de realização da inspeção)?

Anotação da Unidade: Percentual TCL em 20.02.2024: 73,96% (5.796 casos pendentes)/ 924 Processos suspensos/ 1.715 Processos baixados (20/02/2024).

Observação da Corregedoria: No dia 31/12/2023, segundo dados informados pelo DPGE, a taxa de congestionamento líquida da Unidade era de **74,30%** e no período da Inspeção era de **73,86%**.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

TOME-ACÚ
VARA ÚNICA DE TOMÉ-ACÚ

TCL - Taxa de Congestionamento Líquida
73,86%
Taxa de Congestionamento Líquida

5.821
Casos Pendentes

930
Processos Suspensos

1.731
Processos Baixados

Lista de processos pendentes

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
00000110920058140060	2005	PIETG	1118	Embargos à Execução Fiscal
00005359820088140060	2008	PIETG	7	Procedimento Comum
00005662120088140060	2008	PIETG	40	MONITÓRIA
00005800520088140060	2008	PIETG	1116	EXECUÇÃO FISCAL
00005827220088140060	2008	PIETG	1116	EXECUÇÃO FISCAL
00005835720088140060	2008	PIETG	1116	EXECUÇÃO FISCAL
00005852720088140060	2008	PIETG	1116	EXECUÇÃO FISCAL
00005861220088140060	2008	PIETG	1116	EXECUÇÃO FISCAL
00005930420088140060	2008	PIETG	1116	EXECUÇÃO FISCAL
00005957120088140060	2008	PIETG	7	Procedimento Comum
00005982620088140060	2008	PIETG	1116	EXECUÇÃO FISCAL
00005991120088140060	2008	PIETG	1116	EXECUÇÃO FISCAL
0000609920088140060	2008	PIETG	1116	EXECUÇÃO FISCAL
00000117420098140060	2009	PIETG	7	Procedimento Comum
00000601120098140060	2009	PIETG	81	Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
00001095220098140060	2009	PIETG	158	Cumprimento de sentença
00001172920098140060	2009	PIETG	159	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
00001302820098140060	2009	PIETG	7	Procedimento Comum
00001329520098140060	2009	PIETG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00001770220098140060	2009	PIETG	46	Restauração de Autos

TAXA DE CONGESTIONAMENTO E IEJUD - 31-12-2023

REGIÃO	COMARCA	UNIDADE	TCL	IEjud
2ª REGIÃO JUDICIÁRIA - TOMÉ-ACÚ	VIGIA	TERMO DE COLARES	86,89%	10,63
2ª REGIÃO JUDICIÁRIA - TOMÉ-ACÚ	ACARÁ	VARA ÚNICA DE ACARÁ	72,09%	45,43
2ª REGIÃO JUDICIÁRIA - TOMÉ-ACÚ	BUJARU	VARA ÚNICA DE BUJARU	57,50%	80,26
2ª REGIÃO JUDICIÁRIA - TOMÉ-ACÚ	CONCÓRDIA DO PARÁ	VARA ÚNICA DE CONCÓRDIA DO PARÁ	37,56%	96,57
2ª REGIÃO JUDICIÁRIA - TOMÉ-ACÚ	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	VARA ÚNICA DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	59,48%	100,00
2ª REGIÃO JUDICIÁRIA - TOMÉ-ACÚ	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	VARA ÚNICA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS	51,52%	98,20
2ª REGIÃO JUDICIÁRIA - TOMÉ-ACÚ	TOME-ACÚ	VARA ÚNICA DE TOMÉ-ACÚ	74,30%	41,01
2ª REGIÃO JUDICIÁRIA - TOMÉ-ACÚ	VIGIA	VARA ÚNICA DE VIGIA	78,41%	39,41





**APLICAÇÃO E GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS -
DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 05/2024- CORREGEDORIA
NACIONAL**

5.5. Nos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes foram lançadas etiquetas com a identificação do tema e órgão responsável pelo julgamento?

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: Em consulta às etiquetas da Unidade no PJE, não foi localizada nenhuma etiqueta que corresponda aos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes com a identificação do tema e órgão responsável pelo julgamento, o que deve ser providenciado.

5.6. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas?

Anotação da Unidade: Todos os processos suspensos ficam juntos em 01(uma) caixa reunidos, de modo que não é realizada essa triagem, além disso ainda não foi estabelecida rotina de trabalho pelo gabinete com essas observações.

Observação da Corregedoria: Em consulta ao PJE da Unidade foi verificado que os processos suspensos se encontram na mesma tarefa, porém, sem etiqueta que auxilie na identificação dos que estejam aguardando julgamento pelas Cortes Superiores. Deve o Gabinete do Juízo providenciar a identificação, através de etiquetas, dos processos que aguardam julgamento pelas Cortes Superiores e pelo TJPA como precedentes obrigatórios e seus respectivos temas.

5.7. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos?

Anotação da Unidade: Imediatamente após a comunicação.





5.8. Existem processos ainda suspensos cujos temas já tenham sido julgados pelas Cortes Superiores?

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: O magistrado orienta a Secretaria e quando há comunicação de julgamento todos são informados e, por esse motivo, não monitora.

5.9. Em que periodicidade são revistos os processos que se encontram suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal?

Anotação da Unidade: Não há periodicidade estabelecida.

Observação da Corregedoria: Para melhor controle, deve ser estabelecida periodicidade para esta informação.

5.10. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: O Gabinete do Juízo deve providenciar com regularidade o acompanhamento dos julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

5.11. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 12 meses?

Anotação da Unidade: Nenhuma, as medidas de internação e semiliberdades são cumpridas em Belém e vão para o juízo de execução de lá.

Observação da Corregedoria: O magistrado realiza audiências concentradas para acolhimento de crianças e adolescentes, havendo, inclusive, audiência designada para o dia 01/03/2024. Há 03 (três) crianças com prazo de acolhimento extrapolado,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

contudo, o magistrado relatou a situação individualizada de cada caso ao Corregedor Geral e se tratam de situações sensíveis que, por sua natureza, não serão expostas no presente relatório. A Unidade utiliza regularmente o SNA.

5.12. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses?

Anotação da Unidade: Duas audiências concentradas, pois elas ocorrem a cada 3 meses.

5.13. Há na comarca Programa ou Projeto que objetive o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, em vias de completar 18 anos? (Diretriz estratégica 10 da Corregedoria Nacional 2024)

Anotação da Unidade: Não há.

REGISTROS PÚBLICOS

5.14. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)

Anotação da Unidade: Pelo menos uma vez ao ano.

Observação da Corregedoria: Na Comarca há Ofício Único e é realizada inspeção mensal. O Edital da correição ordinária a ser realizada pelo magistrado titular no Cartório do Único Ofício de Tomé-Açu no ano em curso, foi encaminhada através do PJEOR n. 0000822-59.2024.2.00.0814 e será realizada no dia 06/03/2024.

5.15. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade





e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (*Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024*)

Anotação da Unidade: Sim.

5.16. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se aguardando julgamento? (*Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024*)

Anotação da Unidade: Sim. 10 processos em andamento na comarca com esse assunto

Observação da Corregedoria: Na análise do PJE foram localizados 14 processos com o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732), aos quais deve ser providenciado o devido impulso, com regularidade.

5.17. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (*Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2023*)

Anotação da Unidade: -

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que em Tomé-Açu há uma zona rural muito povoada. Não tem noção se há localidade com concentração potencial de sub registro civil.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA

5.18. O Juízo de Recuperação Judicial/Falência, ao deferir o processamento de recuperação judicial ou decretar falência, tem oficiado ao Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 8ª Região solicitando lista completa de processos trabalhistas de CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO, que tramitem contra a sociedade empresária ou grupo econômico reconhecido judicialmente como





beneficiado com o deferimento do processamento da recuperação judicial (Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023)?

Anotação da Unidade: Prejudicado. Não há processos dessa natureza nessa unidade.

**CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – RESOLUÇÃO Nº 471/2022-CNJ –
DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 11 CORREGEDORIA NACIONAL**

5.19. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1182 pelo Supremo Tribunal Federal?

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: O magistrado e equipe devem realizar a triagem de todas as demandas de execução fiscal, observando os termos da decisão do STF, atentando sobre os demais requisitos para extinção das respectivas ações.

**AÇÕES AMBIENTAIS – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 13/2024
CORREGEDORIA NACIONAL**

5.20. As demandas envolvendo matéria ambiental recebem etiqueta de identificação “AÇÃO AMBIENTAL”?

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: Foi recomendado que a Unidade passe a utilizar etiqueta própria para identificação dos processos referentes a ação ambiental.

**COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – RESOLUÇÃO 350/2020-CNJ – DIRETRIZ
ESTRATÉGICA NÚMERO 17/2024 - CORREGEDORIA NACIONAL**





5.21. Informar quantos termos de cooperação jurisdicionais/atos concertados foram firmados, indicando: a) os envolvidos, b) a matéria tratada e c) a comunicação à Corregedoria?

Anotação da Unidade: Prejudicado.

Observação da Corregedoria: O Juízo não realizou atos concertados.

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. A Unidade observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (*Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJEOR n. 0002009-73.2.00.0814*)

Anotação da Unidade: Processos APOrd suspensos: 0800860-20.2020.8.14.0060, 0801372-66.2021.8.14.0060, 0800595-47.2022.8.14.0060

Observação da Corregedoria: A Corregedoria Geral promoveu, no primeiro dia da Inspeção, treinamento para melhor conhecimento do manuseio dos processos suspensos, tendo sido orientados a lançar os movimentos corretos nos processos, para que não haja prejuízo aos índices de julgamento do magistrado e da Unidade.

6.2. Os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade estão sendo devidamente cadastrados no Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. Os registros porventura existentes no anterior sistema SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) se encontram devidamente migrados, nos casos de bens com destinação pendente? (*Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências*)

Anotação da Unidade: Prejudicado. Em implantação.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: No SNBA existem **150** bens com status “*a definir*”. A Diretora de Secretaria informou que ainda não foi cadastrado nenhum bem no SNGB e que estão realizando treinamento para operarem o sistema. Em inspeção no Fórum, foram encontrados apenas 02 (dois) bens acautelados na sala de depósito (01 faca e 01 motosserra). Foi demonstrado aos servidores como proceder com os bens que estão cadastrados no SNBA e demonstração de cadastramento no SNGB.

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Comarca: TOME-ACU

Varas e Juizados Estaduais: VARA UNICA DE TOME ACU

Bem Apreendido: Todos

Destinação do Bem: A Definir

Descrição Complementar do Bem:

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	-	00003411920198140060
Armas e acessórios	Carabina/Fuzil	1	-	00004023620208140060
Armas e acessórios	Carabina/Fuzil	1	-	00004023620208140060
Armas e acessórios	Espingarda	1	-	00005447920168140060
Armas e acessórios	Espingarda	1	-	00005447920168140060
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	-	00007040220198140060
Armas e acessórios	Fuzil de assalto	1	-	00007210420208140060
Armas e acessórios	Atesanal	1	-	00007210420208140060
Armas e acessórios	Carabina/Fuzil	1	-	00007427220208140060
Armas e acessórios	Espingarda	1	-	00008010220198140060
Armas e acessórios	Rifle	1	-	00010811220198140060
Armas e acessórios	Espingarda	1	-	00010811220198140060
Armas e acessórios	Espingarda	1	-	00010811220198140060
Armas e acessórios	Espingarda	1	-	00010811220198140060
Armas e acessórios	Pistola Semiautomática/Automática	1	-	00014433820208140060

Número de registros: 150

Página 1 de 10

6.3. É realizado o saneamento de classe e assunto das demandas em trâmite da unidade de modo que a classe esteja sempre no último nível e o assunto esteja, pelo menos, no terceiro nível? Apontar o número de processos pendentes de saneamento desta natureza constante da lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária (SAN DATAJUD).

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: Como ato preparatório da Inspeção, foi encaminhada à Corregedoria Geral pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística a listagem de processos da Unidade nos quais são necessárias providências de saneamento. A listagem foi repassada aos servidores para as providências cabíveis (SAN DATAJUD).





6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e de quaisquer documentos que tenham natureza de comunicação?

Anotação da Unidade: A regularização é realizada imediatamente pelo servidor que dará cumprimento à comunicação, caso a caso.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Petições avulsas não lidas - (190)

Processos com habilitações nos autos não lidas - (8)

Documentos não lidos - (364)

Mandados devolvidos pelo oficial de Justiça - (36)

Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado - (2)

Processos sob análise de prevenção - (11)

A notificação mais antiga é datada de 07/02/2024

Observação da Corregedoria: Na data da Inspeção a pasta Agrupadores possuía os quantitativos abaixo. Durante o workshop realizado, foi demonstrado aos servidores como efetuar a retirada “manual” dos agrupadores.

Petições avulsas não lidas - (8284)	▼
Processos com habilitações nos autos não lidas - (767)	▼
Documentos não lidos - (7373)	▼
Mandados devolvidos pelo oficial de justiça - (8453)	▼
Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado - (3024)	▼
Processos sob análise de prevenção - (770)	▼

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da Corregedoria: A Comarca não possuía nenhum preso civil durante a Inspeção, verificado no BNMP.

6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Anotação da Unidade: 0

Observação da Corregedoria: Na análise do PJE não se identificou nenhum processo pendente na tarefa “migração sistema Libra”.

6.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Anotação da Unidade: Sim, 40 processos.

Observação da Corregedoria: No período da Inspeção, havia **31** processos em tal situação.

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Anotação da Unidade: Sim.

7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.

Anotação da Unidade: Os 03 mandados mais antigos distribuídos aos oficiais de justiça e ainda não devolvidos.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processo	Expediente	Próxima audiência	Distribuído em	Oficial de justiça
0802137-66.2023.8.14.0060	[16586993] Citação		30/10/2023	LUCIANE BRITO DE SOUSA
0802431-21.2023.8.14.0060	[16907474] Citação		15/11/2023	APOLO FRANCO NOVAES DOS SANTOS
0802390-54.2023.8.14.0060	[16995150] Citação		23/11/2023	LUCIANE BRITO DE SOUSA

Observação da Corregedoria: No sistema PJe há **778** mandados pendentes de devolução e durante o *workshop* realizado para esclarecimento de dúvidas, os servidores foram orientados quanto à necessidade de saneamento destes expedientes, considerando que muitos mandados foram devolvidos de forma que o sistema PJE não identificou sua devolução. Tal providência se faz necessária para que o painel retrate fidedignamente os mandados que realmente se encontrem pendentes de devolução.

7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Anotação da Unidade: 60 a 120 dias de antecedência

7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)

Anotação da Unidade: Sim.

- 1) Processo nº 0004354-33.2014.8.14.0060
- 2) Processo nº 0800070-65.2022.8.14.0060
- 3) Processo nº 0800160-73.2022.8.14.0060
- 4) Processo nº 0802835-09.2022.8.14.0060





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- 5) Processo nº 0800317-12.2023.8.14.0060
- 6) Processo nº 0004876-89.2016.8.14.0060
- 7) Processo nº 0801261-14.2023.8.14.0060
- 8) Processo nº 0802978-95.2022.8.14.0060
- 9) Processo nº 0004970-37.2016.8.14.0060

Observação da Corregedoria: Na análise do PJE foi localizada etiqueta identificando feitos em que deve haver expedição de carta precatória. Recomenda-se que seja criada etiqueta para identificar os processos com cartas precatórias expedidas e pendentes de devolução, sem prejuízo do controle da Unidade por outro meio.

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).

Anotação da Unidade: Sim.

- 1) Processo nº 0005954-21.2016.8.14.0060 (Remetida ao CEJUSC)
- 2) Processo nº 0008531-64.2019.8.14.0060 (Ag. Nomeação de Leiloeiro)
- 3) Processo nº 0800202-93.2020.8.14.0060 (Realização de Leilão)
- 4) Processo nº 0800840-92.2021.8.14.0060 (Leilão)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- 5) Processo nº 0801203-79.2021.8.14.0060 (Leilão)
- 6) Processo nº 0800433-52.2022.8.14.0060 (Leilão)
- 7) Processo nº 0800941-95.2022.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 8) Processo nº 0801435-57.2022.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 9) Processo nº 0801437-27.2022.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 10) Processo nº 0801760-32.2022.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 11) Processo nº 0800634-44.2022.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 12) Processo nº 0802860-22.2022.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 13) Processo nº 0803230-98.2022.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 14) Processo nº 0803431-90.2022.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 15) Processo nº 0803466-50.2022.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 16) Processo nº 0800113-65.2023.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 17) Processo nº 0800384-74.2023.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 18) Processo nº 0800400-28.2023.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 19) Processo nº 0800414-12.2023.8.14.0060 (Busca e Apreensão de Veículo)
- 20) Processo nº 0800528-48.2023.8.14.0060 (Busca e Apreensão de Veículo)
- 21) Processo nº 0800725-03.2023.8.14.0060 (Pendência de Custas)
- 22) Processo nº 0800726-85.2023.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 23) Processo nº 0800736-32.2023.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 24) Processo nº 0800738-02.2023.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 25) Processo nº 0800853-23.2023.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 26) Processo nº 0800511-12.2023.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 27) Processo nº 0800920-85.2023.8.14.0060 (Busca e Apreensão de Veículo)
- 28) Processo nº 0801091-42.2023.8.14.0060 (Atos Executórios)
- 29) Processo nº 0801190-12.2023.8.14.0060 (Local de Difícil Acesso)
- 30) Processo nº 0801313-10.2023.8.14.0060 (Pendência Oficial de Justiça)
- 31) Processo nº 0801283-72.2023.8.14.0060 (Pendência de Custas)
- 32) Processo nº 0801567-80.2023.8.14.0060 (Pendência Oficial de Justiça)
- 33) Processo nº 0801568-65.2023.8.14.0060 (Pendência de Custas)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

34) Processo nº 0801265-51.2023.8.14.0060 (Atos Executórios)

Observação da Corregedoria: No período da Inspeção, o acervo ativo de cartas precatórias em andamento era de **110** cartas precatórias cíveis e **17** cartas precatórias criminais. A carta precatória cível com autuação mais antiga é a de n. 0008531.64-2019.814-0060, na qual foi proferido despacho em 06/12/2023 determinando o cumprimento da carta em sua integralidade, especificamente o item n. 3 que determina seja realizada a alienação judicial de bem. Com relação às cartas precatórias criminais, o processo mais antigo é o de n. 0800483.44-2023.8140060, autuado em 17/03/2024 e que se trata de carta com finalidade de fiscalização do cumprimento de medidas cautelares, com andamento regular.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

Anotação da Unidade: 62 AIJs

Observação da Corregedoria: A pauta de audiências se encontra para fevereiro/2025. Em anexo as pautas referentes aos meses de fevereiro a maio de 2024 e de fevereiro de 2025.

8.2. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?

Anotação da Unidade: As audiências são cadastradas pela secretaria após a designação pelo gabinete. conciliação / instrução e julgamento

Observação da Corregedoria: A responsabilidade do cadastramento das audiências é compartilhada entre alguns servidores, tendo sido verificada a divergência nos códigos de cadastro. Os servidores foram orientados quanto à correta alimentação





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

para que não haja prejuízo à produtividade da Unidade e do magistrado titular no tocante ao quantitativo de audiências realizadas.

8.3. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

Anotação da Unidade: 15/02/2025

Observação da Corregedoria: A pauta de audiências encontra-se em fevereiro/2025.

8.4. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Anotação da Unidade: Sim, o gabinete é atento aos processos pp+100 e faz parte de nosso plano de trabalho tirá-los dessa condição

Observação da Corregedoria: Durante a inspeção, foram identificados **111** processos com prioridade paralisados há mais de cem dias, de acordo com o Painel de Gestão Judiciária, os quais devem ser impulsionados.

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	
00000215902018140060	2014	363	JULGADO	PIEIG	7	Procedimen
0011150902018140060	2018	174	EM ANDAMENTO	PIEIG	283	Ação Penal
08000273120228140060	2022	302	EM ANDAMENTO	PIEIG	283	Ação Penal
08000391120228140060	2023	274	EM ANDAMENTO	PIEIG	1420	Guarda
08000472220228140060	2022	353	JULGADO	PIEIG	12541	DIVÓRCIO L
08001197220228140060	2023	131	EM ANDAMENTO	PIEIG	156	Cumprimen
08001300420228140060	2023	130	EM ANDAMENTO	PIEIG	1463	Boletim de t
08001482520228140060	2023	110	EM ANDAMENTO	PIEIG	1682	Retificação i
08001664620228140060	2023	109	EM ANDAMENTO	PIEIG	65	Ação Civil P
08001867120228140060	2022	205	EM ANDAMENTO	PIEIG	7	Procedimen
08002371020218140060	2021	250	EM ANDAMENTO	PIEIG	436	Procedimen
08002617620228140060	2023	204	JULGADO	PIEIG	1464	Processo de
08003328520228140060	2020	106	EM ANDAMENTO	PIEIG	7	Procedimen
0800333420218140060	2021	119	JULGADO	PIEIG	1463	Boletim de t
0800335420228140060	2023	128	EM ANDAMENTO	PIEIG	1707	Reintegraçã
08003694220228140060	2022	117	EM ANDAMENTO	PIEIG	7	Procedimen
08003985820228140060	2023	110	EM ANDAMENTO	PIEIG	1440	Cautelar inc
08004023220228140060	2022	511	EM ANDAMENTO	PIEIG	156	Cumprimen

8.5. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

Anotação da Unidade: O plano de trabalho tem duração de 90 dias e foi estabelecido de 16/01 a 16/04.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: A Unidade foi orientada a complementar o plano de trabalho até dezembro de 2024, com exequibilidade a cada 90 dias.

8.6. Quando identificada possibilidade de conciliação entre as partes é designada audiência de conciliação?

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da Corregedoria: São realizadas audiências de conciliação como pauta paralela às audiências de instrução e julgamento, embora não haja na Comarca um Juizado Adjunto.

8.7. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Anotação da Unidade: A Comarca possui servidores que atuam na pauta de conciliação. Não há CEJUSC.

8.8. Foram identificados despachos/decisões com a data de audiência em branco? (Análise de 05 processos por amostragem).

Anotação da Unidade: Não há data de audiência em branco, há despachos que determinam que a secretaria proceda à designação da audiência.

Observação da Corregedoria: Considerando que a designação de audiência é ato do magistrado, a Unidade foi orientada no sentido de que as audiências devem ser designadas em gabinete, cabendo à Secretaria o cumprimento dos atos preparatórios. O magistrado informou a designação pela Secretaria foi situação transitória em decorrência do volume de trabalho, mas que já foi corrigido.

8.9. Foram designadas audiências com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização? (Análise de 05 processos por amostragem).





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: Sim. A pauta alcança o ano de 2025.

0800744-09.2023.8.14.0060 15/10/2024

0010257-78.2016.8140060 23/10/2024

0800547-25.2021.814.0060 31/10/2024

0000084-87.2019.814.0060 07/11/2024

0801899-47.2023.814.0060 03/12/2024

8.10. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

Anotação da Unidade: 162 processos

Observação da Corregedoria: O Painel do Programa de Incremento de Baixas – PIB do TJPA aponta que a meta de baixas da Unidade é de 177 processos, tendo sido baixados no mês de janeiro **162** feitos.



8.11. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?

Anotação da Unidade: Temos 03 acolhidos atualmente, apenas um (W.K.S.S.–





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

0003412-25.2019.8.14.0060) há mais de 18 meses, pois há ação de Destituição de Poder Familiar.

8.12. Constatam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.

Anotação da Unidade: L.S.N. - 08030975620228140060 | Audiência concentrada dia 01/03/2024

W.K.D.S.S.- Medida Protetiva - 00034122520198140060 - Audiência concentrada dia 01/03/2024 / Destituição Familiar 00105512820198140060 - Audiência marcada para o dia 27/03/2024. Todos já estão com as audiências marcadas. Em geral as pendências só cessam mediante realização de audiências ou decisões

Observação da Corregedoria: Durante a inspeção foi verificado por amostragem o processo do menor D.V.D.S.

Nome	Idade	Sexo	Voto	Tempo Acolhido
DIEGO	Pará	Masculino	VARA UNICA DE TOME ACU	23 dia(s)
LUCIEN	Não Informado	Feminino	VARA UNICA DE TOME ACU	1 ano(s) 2 mês(es) 9 dia(s)
WELISON	Pará	Masculino	VARA UNICA DE TOME ACU	2 ano(s) 3 mês(es) 4 dia(s)

8.13. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.

Anotação da Unidade:

0003412-25.2019.8.14.0060

0011211-56.2018.8.14.0060

0800538-92.2023.8.14.0060

0011360-23.2016.8.14.0060

0002446-38.2014.8.14.0060





Observação da Corregedoria: Deve ser providenciado o impulso e julgamento dos referidos feitos.

8.14. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.

Anotação da Unidade:

0800814-31.2020.8.14.0060

Observação da Corregedoria: Deve ser providenciado o impulso do feito.

8.15. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?

Anotação da Unidade: Prejudicado. Não tivemos adoção internacional

8.16. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias? Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.

Anotação da Unidade: 01 adolescente internado. Nenhum há mais de 45 dias.

8.17. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?

Anotação da Unidade: Utiliza-se os dados do painel de gestão judiciária. Os dados são incluídos nos planos de trabalho para movimentação do acervo paralisado.

8.18. Indicar as datas marcadas para projeto de conciliação da própria unidade judicial, independente das Semanas Estadual e Nacional de Conciliação.

Anotação da Unidade: Todas as terças e quartas-feiras são realizadas audiências de





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

conciliação cíveis e criminais paralelamente a pauta de instrução.

8.19. Informar critérios utilizados para a seleção de processos para conciliação e mediação.

Anotação da Unidade: Além da análise acerca da manifestação da parte nos autos quanto a intenção de conciliar, por ocasião da petição inicial e contestação, é verificada também a classe da ação.

CRIMINAL:

9. ROTINA CRIMINAL

9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. (X) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. (X) Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. (X) Movimentação processual;
- d. () Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. (X) Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. (X) controle dos prazos e imediata certificação;
- h. (X) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. (X em andamento) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “*Informações Criminais*”

9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? (Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)

Anotação da Unidade: Quando há ocorrências, são encaminhados ao Ministério Público.

9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados?

A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

Anotação da Unidade: As modalidades de atendimento ao público realizadas são: presencial, balcão virtual, e-mail e whasApp. Todos os servidores estão escalados para atendimento ao público, inclusive estagiários. Com relação ao balcão virtual e WhatApp exclui-se a Diretor de secretaria, vinculados aos servidores de gabinete e os estagiários. Não é destacado servidor para cada modalidade, é realizada uma escala semanal entre os servidores, acarretando em um rodízio.

Observação da Corregedoria: A Unidade realizada atendimento externo satisfatório, conforme verificado na Inspeção.

9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)*

Anotação da Unidade: 142 presos provisórios. Anexo 1

Observação da Corregedoria: Há identificação de processos envolvendo réus presos por etiqueta no PJe e ainda há controle efetuada em planilha *excel*. Foi sugerido aos servidores que providenciem a padronização das etiquetas dos processos envolvendo réus presos provisórios no PJE (com acento ou sem acento).





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. (Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias? (artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)

Anotação da Unidade: Sim (amostragem: 0800824-07.2022.8.14.0060 - com Sessão do Júri designada para 27/02/24). Via de regra, sim.

Observação da Corregedoria: Deve ser recomendado ao magistrado que priorize o julgamento dos processos envolvendo réus presos provisórios, especialmente aqueles que tramitam há mais de 180 dias.

9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? (Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: Média de 10 meses

9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? (Anexar cópia do último relatório)

Anotação da Unidade: UCRTA - UNIDADE DE CUSTÓDIA E REINSERÇÃO DE TOMÉ-AÇU. Anexos 02, 03 e 04.

Observação da Corregedoria: Na verificação realizada no CNIEP – Cadastro Nacional de Inspeção em Estabelecimentos Penais constatou-se que se encontram atualizadas as visitas carcerárias das Delegacias de Polícia de Tomé-Açu e Quatro Bocas e do Centro de Recuperação.

Principal	Cadastrar	Retificar	Pesquisar	Relatórios	Contato	Manual	Sair															
LISTAGEM DE INSPEÇÃO																						
Esfera: Estadual																						
Tribunal de Justiça: Tribunal de Justiça do Estado do Pará																						
Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará																						
1º Grau - Justiça: 1º Grau - T3PA																						
Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará																						
Comarca: TOMÉ-ACU																						
Situação: ATIVO																						
Estabelecimento Penal: DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE TOMÉ-ACU																						
Ano: 2024																						
Mês: TODOS(AS)																						
Condições Estab.: TODOS(AS)																						
Considerações: <input type="checkbox"/>																						
Providências: <input type="checkbox"/>																						
<input type="button" value="Pesquisar"/>																						
<table border="1"><thead><tr><th>Mês/Ano</th><th>Responsável</th><th>Órgão</th><th>Estabelecimento</th><th>Recibo</th></tr></thead><tbody><tr><td>Fevereiro/2024</td><td>MAGPA000096</td><td>TOME-ACU</td><td>DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE TOMÉ-ACU</td><td>Imprimir</td></tr><tr><td>Janeiro/2024</td><td>MAGPA000096</td><td>TOME-ACU</td><td>DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE TOMÉ-ACU</td><td>Imprimir</td></tr></tbody></table>								Mês/Ano	Responsável	Órgão	Estabelecimento	Recibo	Fevereiro/2024	MAGPA000096	TOME-ACU	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE TOMÉ-ACU	Imprimir	Janeiro/2024	MAGPA000096	TOME-ACU	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE TOMÉ-ACU	Imprimir
Mês/Ano	Responsável	Órgão	Estabelecimento	Recibo																		
Fevereiro/2024	MAGPA000096	TOME-ACU	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE TOMÉ-ACU	Imprimir																		
Janeiro/2024	MAGPA000096	TOME-ACU	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE TOMÉ-ACU	Imprimir																		
Número de registros: 2																						
Página 1 de 1																						

Principal	Cadastrar	Retificar	Pesquisar	Relatórios	Contato	Manual	Sair															
LISTAGEM DE INSPEÇÃO																						
Esfera: Estadual																						
Tribunal de Justiça: Tribunal de Justiça do Estado do Pará																						
Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará																						
1º Grau - Justiça: 1º Grau - T3PA																						
Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará																						
Comarca: TOMÉ-ACU																						
Situação: ATIVO																						
Estabelecimento Penal: DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE QUATRO-BOCAS TOMÉ-ACU																						
Ano: 2024																						
Mês: TODOS(AS)																						
Condições Estab.: TODOS(AS)																						
Considerações: <input type="checkbox"/>																						
Providências: <input type="checkbox"/>																						
<input type="button" value="Pesquisar"/>																						
<table border="1"><thead><tr><th>Mês/Ano</th><th>Responsável</th><th>Órgão</th><th>Estabelecimento</th><th>Recibo</th></tr></thead><tbody><tr><td>Fevereiro/2024</td><td>MAGPA000096</td><td>TOME-ACU</td><td>DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE QUATRO-BOCAS TOMÉ-ACU</td><td>Imprimir</td></tr><tr><td>Janeiro/2024</td><td>MAGPA000096</td><td>TOME-ACU</td><td>DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE QUATRO-BOCAS TOMÉ-ACU</td><td>Imprimir</td></tr></tbody></table>								Mês/Ano	Responsável	Órgão	Estabelecimento	Recibo	Fevereiro/2024	MAGPA000096	TOME-ACU	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE QUATRO-BOCAS TOMÉ-ACU	Imprimir	Janeiro/2024	MAGPA000096	TOME-ACU	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE QUATRO-BOCAS TOMÉ-ACU	Imprimir
Mês/Ano	Responsável	Órgão	Estabelecimento	Recibo																		
Fevereiro/2024	MAGPA000096	TOME-ACU	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE QUATRO-BOCAS TOMÉ-ACU	Imprimir																		
Janeiro/2024	MAGPA000096	TOME-ACU	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE QUATRO-BOCAS TOMÉ-ACU	Imprimir																		
Número de registros: 2																						
Página 1 de 1																						





10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:

10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Anotação da Unidade: Periodicamente (15 em 15 dias) é realizada uma pequena ação entre os servidores envolvidos com réus presos e execução penal para saneamento do BNMP. Havendo questões de maior complexidade é realizada consulta ao grupo de apoio e monitoramento do BNMP, via plataforma teams. Entretanto os servidores que atuam diretamente no sistema BNMP estão orientados a aderir como rotina diária de trabalho a verificação e, se houver necessidade, a correção de dados que estejam inconsistentes no referido sistema, caso a caso.

Observação da Corregedoria: Pela consulta no BNMP foi verificado que existiam em sistema 02 (dois) registros de réus presos provisórios há mais de dois anos, quais sejam, o processo nº 0801019-26.2021.814.0060 (aguardando recurso da sentença de pronúncia) e processo nº 0800294-37.2021.814.0060 (que constava no BNMP como preso provisório, porém o processo já foi sentenciado e já havia sido expedida a guia de recolhimento). Após devida atualização manual do sistema, o status do preso foi devidamente retificado para preso condenado em execução definitiva. Também foi verificado o registro de 81(oitenta e uma) pessoas no status de “procuradas”. Os servidores foram orientados a, como rotina a ser estabelecida pelo Juízo, revisar os processos envolvendo réus com status “procurado” periodicamente para verificar se o mandado de prisão ainda se encontra válido. Os servidores foram, ainda, orientados quanto às hipóteses em que é cabível a expedição de contramandado no sistema BNMP, para seu constante saneamento.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Unidade Judicial	Tempo de prisão	RJT	Nome	prisão	Processo
Totais					
VARA UNICA DE TOME ACU	Superior a 2 anos	21401727670	GILVAN DE BARROS PINHEIRO	14/08/2021	0880101921
VARA UNICA DE TOME ACU	Superior a 2 anos	18107217201	ROGÉRIO DO ESPÍRITO SANTO BELO	27/09/2021	080029431
VARA UNICA DE TOME ACU	Superior a 1 ano	22435934104	JHONATA DE ANDRADE OLIVEIRA	18/05/2022	080082401
VARA UNICA DE TOME ACU	Superior a 1 ano	18137531931	ELTON JHON MORAIS PANTOJA	13/10/2022	080194481
VARA UNICA DE TOME ACU	Superior a 1 ano	22460998838	TALYA ALMEIDA CARNEIRO	10/11/2022	080310701
VARA UNICA DE TOME ACU	Superior a 1 ano	22461002965	FRANCILEIA PANTOJA VAZ	10/11/2022	080310701
VARA UNICA DE TOME ACU	Superior a 1 ano	22445489235	ROSNALDO CUNHA DOS SANTOS	16/01/2023	080041761
VARA UNICA DE TOME ACU	Superior a 1 ano	18098472860	EVERSON LOBO GONÇALVES	24/01/2023	080014211

10.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: Em média, os servidores expedem a guia de recolhimento em um prazo de 10 (dez) dias.

10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da Corregedoria: A Secretaria cumpre no mesmo dia e tramita eletronicamente para a SEAP, via PJe.

10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor





mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Anotação da Unidade: É feita a verificação dentro do próprio sistema BNMP no momento da expedição do alvará de soltura ou mandado de desinternação. É feita a vinculação do documento ao respectivo mandado de prisão ou mandado de internação provisória.

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(iza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

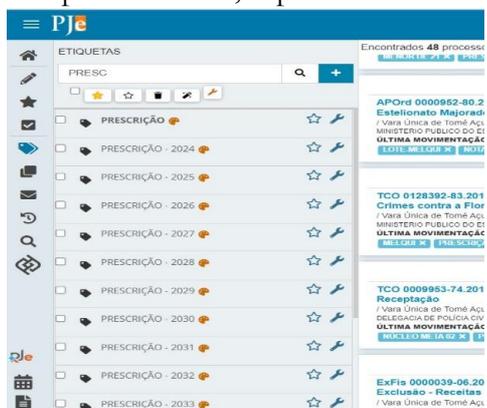
Anotação da Unidade: não houve ocorrência.

11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? *(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)*

Anotação da Unidade: 28 a 30/11/2023

Observação da Corregedoria: A Unidade realiza o controle dos prazos prescricionais através do uso de etiquetas identificando o ano da ocorrência. Os servidores da Secretaria foram orientados a utilizar etiquetas de prescrição por ano e mês, dando seguimento à identificação dos prazos prescricionais, especialmente nos processos suspensos.





11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? *(Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)*

Anotação da Unidade: 28 a 30/11/2023

Observação da Corregedoria: No período da Inspeção a Unidade contava com **930** processos suspensos. Dos feitos nesta condição, o que possui autuação mais antiga é o processo n. 00000110920058140060 (CÍVEL - embargos à execução fiscal), no qual a última decisão proferida data de 23/03/2023 suspendendo a execução fiscal, em atendimento á petição na Procuradoria Geral do Estado. Dos feitos criminais, o processo suspenso com autuação mais antiga é o de n. 00001329520098140060 (homicídio qualificado) em processo de restituição de autos. Dentre os suspensos, foi verificado, ainda, o processo n. 00002480420098140060 (ação penal – crime de furto) em que foi proferido despacho suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional em 20/05/2015. Ciência ao MP em 28/05/2015, sem andamento posterior. Autos migrados em 24/06/2022. Sugere-se que seja determinado ao magistrado que efetue plano de trabalho para verificação pormenorizada de todos os processos que se encontram na condição de suspensos, tanto para o cumprimento do Provimento n. 15/2009, quanto para análise da prescrição destes feitos.

12. EXECUÇÃO PENAL:

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)

12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:

Data do preenchimento dos dados: 26/02/2024

PERFIL NO SEEU	Regime fechado e semiaberto	Penas e Medidas
-----------------------	--	----------------------------





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

		Alternativas e restritivas de Direito
Total de Execuções Ativas:	169	20
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA	00	00
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA	00	00
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA	00	00
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor	00	00
Processos com pendência de implantação*	02	00
Total de processos conclusos	48	05
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.	01	00

12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?

Anotação da Unidade:

FECHADO – 78

SEMIABERTO – 2 (apenados preso no regime fechado - processo provisório)

ABERTO – 90 (apenados em regime aberto + apenados em livramento condicional)

12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento

Anotação da Unidade:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1. BISMAELITON DE SOUZA E SOUZA – PEP 00095516120178140060
03 condenações – com regular expedição das guias de recolhimento;
2. JAILSON DE OLIVEIRA GONÇALVES – PEP 20000186820228140060
02 condenações – com regular expedição das guias de recolhimento;
3. NELSON RIBEIRO - PEP 00019491420208140060
01 condenação – com regular expedição das guias de recolhimento

12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial

Anotação da Unidade: WILAME COSTA NUNES - PEP 2000046-02.2023.814.0060

12.5 Há regularidade na emissão de atestado de pena a cumprir com observância dos prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? (*Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências*)

Anotação da Unidade: PAULO CEZAR DE SOUSA PALHETA – PEP 20000024620248140060

13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:

13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (*Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará*)

Anotação da Unidade: Sim.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: Os servidores da Secretaria informaram que realizam audiência de custódia no plantão do final de semana, havendo a presença do Promotor de Justiça e da Defensoria, e outras vezes, de advogados.

13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

Anotação da Unidade: 20/02/2024

13.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

Anotação da Unidade: 104 audiências

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Anotação da Unidade: 10/05/2024

14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

Anotação da Unidade: 02

Observação da Corregedoria: No ano de 2023 foram designadas 08 (oito) sessões e realizadas 06 (seis) sessões. No dia 01/03/2024, durante a Inspeção, foi realizada Sessão de Julgamento pelo Tribunal do Júri.

14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?

Anotação da Unidade: 01 realizadas e 01 redesignada

Observação da Corregedoria: Para o ano de 2024 já estão designadas 06 (seis) Sessões de Júri.





14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.

Anotação da Unidade: 02 processos aguardam designação.

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial, com a respectiva numeração no sistema PjeCor.

Anotação da Unidade: 15/02/2024 – 0004835-38.2023.2.00.0814

Observação da Corregedoria: O magistrado titular apresentou o relatório de correição da Unidade judicial referente ao ano de 2023, conforme processo pjeCor 0004835-38.2023.2.00.0814, bem como encaminhou edital da correição que será realizada na serventia extrajudicial da Comarca, autos pjeCor n. 0000822-59.2024.2.00.0814.

15.2. Existem registros de recomendações/determinações da Corregedoria-Geral de Justiça na correição ordinária anterior?

Anotação da Unidade:

Observação da Corregedoria: Nos autos do processo pjeCor n. 0003659-58.2022.2.00.0814 foi registrado o relatório da autocorreição realizada na Unidade no período de 01 a 16/12/2022. Naqueles autos foi proferida decisão pelo Exmo. Sr. Corregedor em 18/01/2024, nos qual foram registradas orientações quanto à eventuais recomendações e determinações pendentes de cumprimento.

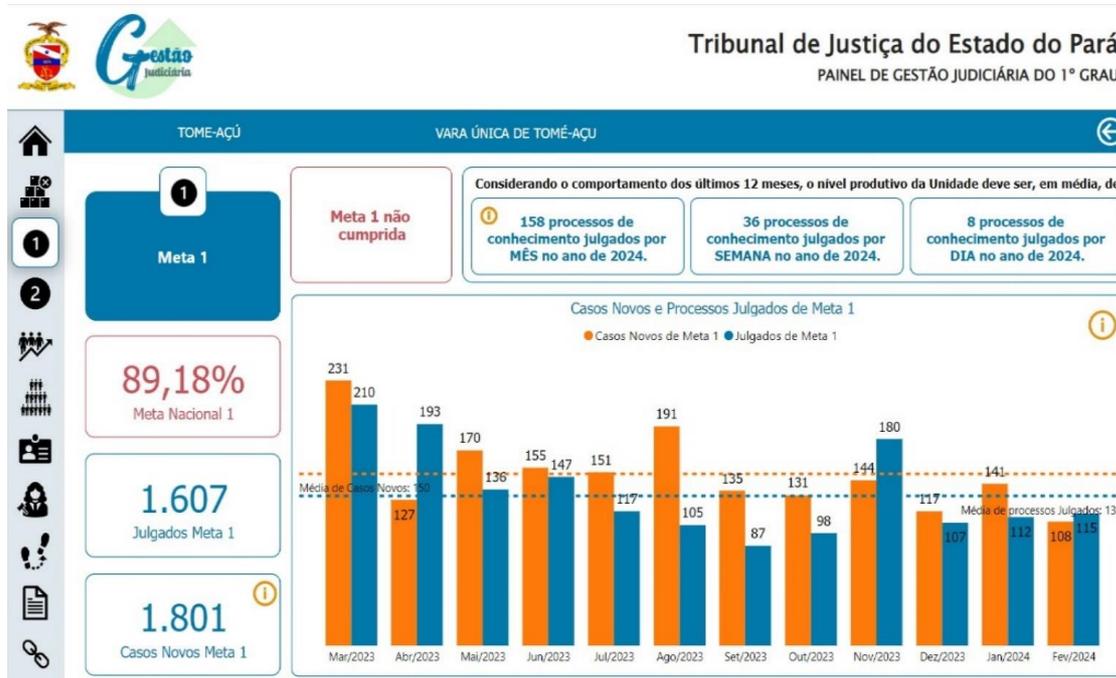
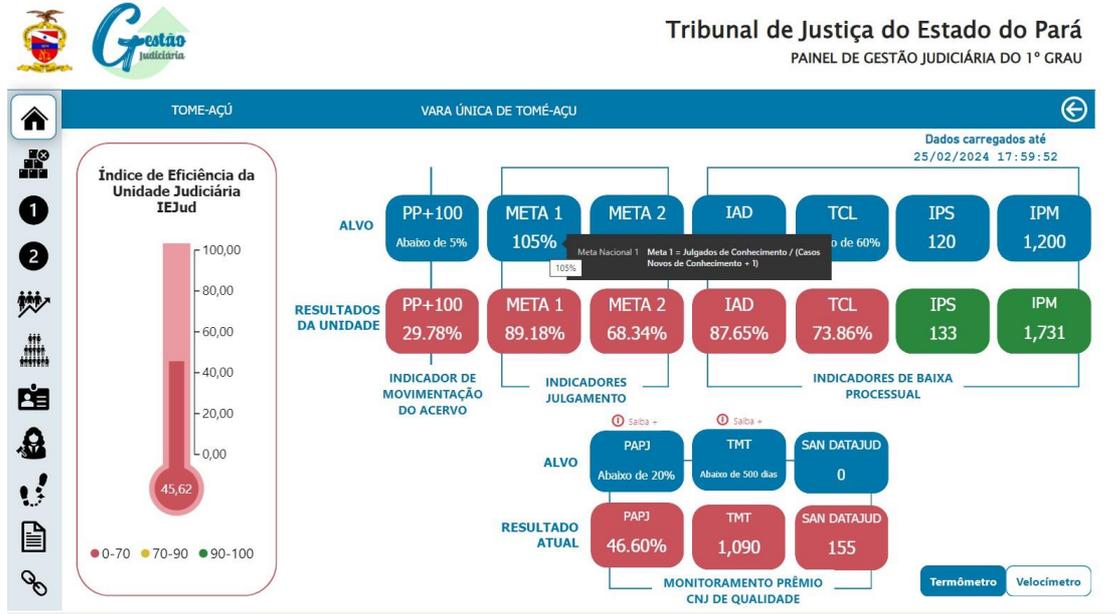
16. DADOS ESTATÍSTICOS:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

IEJUD





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

TOME-AÇU VARA ÚNICA DE TOMÉ-AÇU

Meta 2

Meta 2 não cumprida

A unidade precisa julgar 635 processo(s) para cumprir a Meta 2.

Há 1,081 processos de Meta 2 pendentes de julgamento na unidade.

Processos julgados de Meta 2 no ano

68,34%	Meta Nacional 2
2.504	Acervo Meta 2
2.004	Alvo Meta 2
1.369	Total de Julgados Meta 2
1.321	Julgados em anos anteriores
+	
48	Julgados no ano



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

TOME-AÇU VARA ÚNICA DE TOMÉ-AÇU

ENTRADA DE FEITOS

633

Resumo de entrada de feitos judiciais na unidade

CATEGORIA/FASE/AREA	Denúncia	DISTRIBUIÇÃO	Mudança de Classe Processual	Redistribuição	Total
CARTAS PRECATÓRIAS		48			48
CONHECIMENTO CIVIL		242		4	246
CONHECIMENTO CRIMINAL	2	118		49	170
EXECUÇÃO CIVIL		20		4	24
EXECUÇÃO CRIMINAL				4	4
OUTROS		11			11
Total	2	568	53	10	633

Lista de processos que entram por distribuição e redistribuição

Nº DO PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	ASSUNTO
08000041720248140060	7	Procedimento Comum	6098 - Rural (Art. 48/51)
08000102420248140060	7	Procedimento Comum	5804 - Investigação de Paternidade
08000163120248140060	7	Procedimento Comum	10437 - Direito de Imagem
08000345220248140060	7	Procedimento Comum	5804 - Investigação de Paternidade
08000370720248140060	7	Procedimento Comum	5804 - Investigação de Paternidade
08000682720248140060	7	Procedimento Comum	6103 - Salário-Maternidade (Art. 71/73)

ENTRADA DE FEITOS

Selecione um período:

26/11/2023 26/02/2024



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

TOME-AÇU VARA ÚNICA DE TOMÉ-AÇU

IAD - Índice de Atendimento a Demanda

Considerando o comportamento dos últimos 12 meses, o nível produtivo da Unidade deve ser, em média, de

198 processos BAIXADOS por MÊS no ano de 2024.

45 processos BAIXADOS por SEMANA no ano de 2024.

9 processos BAIXADOS por DIA no ano de 2024.

Casos novos e processos baixados nos últimos 12 meses

1.731	Processos Baixados
1.975	Processos Novos

Área: Todos

Tipo de baixa: Todos





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

TOME-AÇU VARA ÚNICA DE TOMÉ-AÇU

IPS - Índice de Produtividade do Servidor: 11 Servidores em Secretaria, 2 Servidores em Gabinete, 0 Servidores Afastados

Índice de Produtividade do Servidor: 133

1.731 Processos Baixados

13 Servidor(es)

Lista de servidor(es) lotados na Unidade

MATRÍCULA	NOME	CARGO	VÍNCULO	TIPO CNJ
36099	HANNE KELLEN MONTEIRO CALIMAN MOURA	Analista Judiciario	Efetivo	TPEfet
89541	IVI LOPES TAVARES	Analista Judiciario - Area Judiciaria	Efetivo	TPEfet
166499	SAMARAH RAFAELLY DO NASCIMENTO MONTEIRO	Analista Judiciario - Area Judiciaria	Efetivo	TPEfet
169757	VERENA VERISSIMO BARROSO GOMES	Auxiliar Judiciario	Efetivo	TPEfet
189936	GEIZELLY EVANGELISTA DE OLIVEIRA	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado - Prefeitura	TPI
199184	HOHANNY KAROLINE BARBOSA DE SOUZA	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado - Prefeitura	TPI
205362	DORIEDSON GONZAGA PINTO	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado - Prefeitura	TPI
206971	MELQUIZEDECK MONTEIRO MELO	Analista Judiciario - Area Judiciaria	Efetivo	TPEfet
209953	VANESSA SILVA SARGES	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado - Prefeitura	TPI
211885	MAKLENE DO CARMO SILVA	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado	TPI
212997	ELOIDE DA CONCEICAO SOBRINHO	Analista Judiciario - Area Judiciaria	Efetivo	TPEfet
216241	RFATRI7 DIAS DE SOUZA	Requisitado - Nivel Medio	Requisitado - Prefeitura	TPI

17. CONCLUSÃO:

A Comarca de Tomé-Açu compõe o 2º Pólo - 2ª Região Judiciária do TJPA– 39ª Zona Eleitoral.

O Exmo. Sr. Dr. José Ronaldo Pereira Sales é o Juiz Titular da Comarca desde 11/05/2017 e atua na 39ª Zona Eleitoral. A servidora Hanne K. Monteiro Caliman Moura é a Diretora de Secretaria desde fevereiro de 2023.

Verificou-se que houve nos últimos anos a necessidade de reajuste nas funções executadas pelos servidores da comarca, em razão de cessão e aposentadoria, tendo o magistrado solicitado a lotação de servidores para recomposição do quadro funcional da Comarca, que atualmente conta com 08 (oito) servidores cedidos.

A Comarca possui 03 (três) Oficiais de Justiça, encontrando-se 01 (uma) em gozo de férias por ocasião da inspeção (Oficiala Luciane Brito).

Foi realizada reunião com os oficiais de justiça Charles Félix de Oliveira e Apolo Franco Novaes dos Santos, os quais explanaram que a Comarca de Tomé-Açu possui uma extensa zona rural e que recebem o dobro de mandados que a capital recebe, pelo que, foi registrado pelo magistrado a necessidade de lotação de ao menos mais 01 (um) oficial de justiça naquela Unidade.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

O magistrado José Ronaldo Pereira Sales informou que se reúne com os servidores da Secretaria uma vez a cada dois meses e que os assuntos cotidianos relacionados à Secretaria trata diretamente com a Diretora de Secretaria. Informou, ainda, que atende a todos os servidores, sempre que necessário e que possuem grupo na ferramenta institucional *teams* como forma de controle de produtividade.

A pauta de audiências é dividida por matéria cível ou criminal e, em média, são designadas 06 (seis) audiências criminais de instrução e dez audiências cíveis por semana. O magistrado informou que a Comarca participa das Semanas Nacionais de Conciliação e da Semana do Paz em Casa.

No dia 26/02/2024 a Unidade contava com acervo ativo de **5.732** processos, encontrando-se **2.084** feitos conclusos, dos quais **1.143** se encontrava em tal situação há mais de 100 dias (**29,73%**). No ano de 2023, os índices de cumprimento das Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça foram: **82,77%** (Meta 1), **73,82%** (Meta 2), **38,46%** (Meta 4), **91,74%** (Meta 8 VDM), **153,85%** (Meta 10) e **78,64%** (Meta 11). Há **725** processos julgados e não baixados, que certamente estão refletindo na baixa IEJud da Unidade e que devem ser verificados para análise da possibilidade de baixa.

Os índices de **IPS (133)** e **IPM (1,731)** da Unidade estão satisfatórios, de acordo com o Painel de Gestão Judiciária.

No que se refere aos processos de execução penal, constatou-se a regularidade de tramitação dos feitos no SEEU. Verificou-se, tão somente, a necessidade de ajuste dos procedimentos administrativos relacionados aos apenados (recambiamento, transferência, etc), que, atualmente são impulsionados dentro dos autos de execução penal, quando deveriam estar tramitando no perfil “*Corregedoria de Presídios*”. Sugere-se que a Unidade contacte o servidor Yan Yuri Ferreira Lima, administrador regional do SEEU, para obter treinamento quanto ao procedimento a ser realizado para reajuste da autuação dos procedimentos administrativos no referido perfil.

Como parte dos trabalhos de Inspeção, foram promovidos pela Corregedoria 02 (dois) *workshops* aos servidores da Comarca, o primeiro, no dia 26/02, que contou com a participação da servidora Noemy Carvalho, assessora técnica da CGJ, com objetivo de





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

sanar dúvidas dos servidores e do magistrado, relacionadas ao sistema PJE e suas particularidades, bem como demonstrar ferramentas que podem ser úteis para melhor gestão processual.



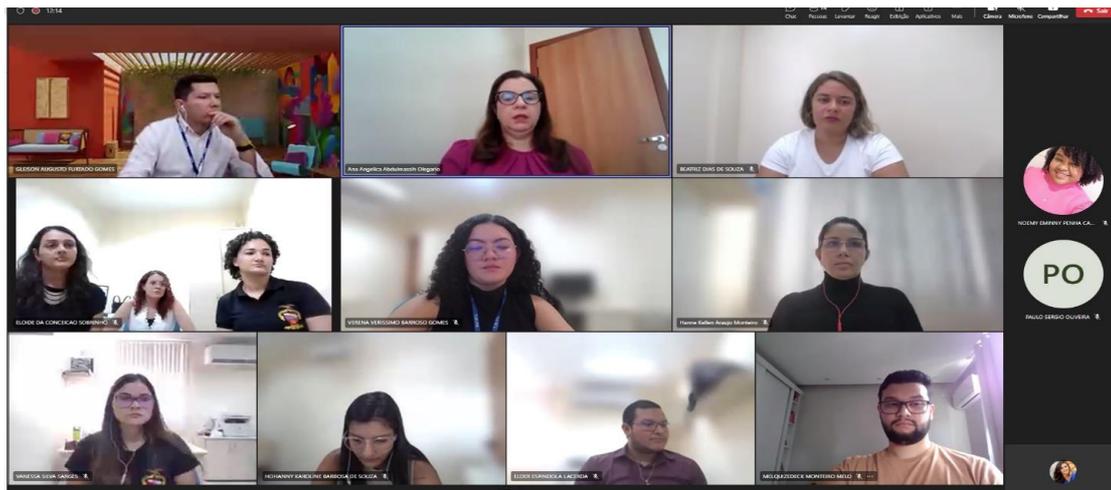
O segundo *workshop* foi promovido no dia 27/02/2024 em parceria com o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, na pessoa do servidor Gleison Gomes, que demonstrou detalhadamente aos servidores o Painel de Gestão Judiciária,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

ferramenta atualmente imprescindível para a gestão de processos e controle dos índices de eficiência das Unidades Judiciais. Durante o *workshop* foi verificado que a Unidade precisa empreender esforços para melhora de 03 (três) indicadores que contribuirão para crescimento do seu Iejud: **movimentação, baixa e julgamento.**



Também como parte dos trabalhos de Inspeção, o Corregedor-Geral de Justiça realizou visita nas Delegacias de Polícia Civil do município de Tomé-Açu e de Quatro Bocas, bem como visitou a Casa Lar da Criança e do Adolescente da Comarca, situada à Travessa do Morro, n. 252, Pedreira.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Na Comarca há ainda a Casa Lar do Idoso e a Residência Inclusiva, onde ficam acolhidas pessoas portadoras de deficiências em situação de risco.



Nas duas Delegacias de Polícia Civil em que foram realizadas visitas, verificou-se uma quantidade expressiva de motocicletas apreendidas. Na Delegacia de Quatro-Bocas foi entregue à equipe da Corregedoria uma listagem dos bens que comporá o presente relatório e que durante a Inspeção foi entregue à Diretora de Secretaria. Deve ser recomendado ao Juízo que realize levantamento detalhado destes bens, para sua destinação, de tudo observado o que determina o Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI.





Conclui-se dos trabalhos de Inspeção na Comarca de Tomé-Açu, a necessidade de que sejam implementadas medidas de gestão do acervo, especialmente quanto aos processos que se encontram paralisados há mais de 100 dias e os processos que pertencem às Metas Nacionais. Sugere-se, ainda, que seja expedido ofício à Presidência do TJPA solicitando a possibilidade de lotação de, ao menos, mais 01 (um) oficial de justiça para a Comarca. Registre-se o agradecimento ao magistrado e a todos os servidores que laboram no Fórum da Comarca de Tomé-Açu pela colaboração com a equipe de Inspeção, especialmente na coleta de dados que compõem o presente relatório.

18. REGISTROS FOTOGRÁFICOS:

Dia 26/02/2024 – Abertura dos trabalhos de Inspeção





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Dia 27/02/2024 – Reunião de encerramento dos trabalhos





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

19. ANEXOS:

1. relatório de processos envolvendo réus presos provisórios;
2. plano de trabalho da servidora Verena Veríssimo Barroso Gomes;
3. plano de trabalho do servidor Melquizedeck Monteiro Melo;
4. relatório de Inspeção na Delegacia de Polícia de Tomé Açu;
5. relatório de Inspeção na Delegacia de Polícia de Quadro Bocas;
6. relatório de objetos apreendidos acautelados na Delegacia de Polícia de Quatro Bocas;
7. relatório de visita à entidade Casa Lar da Criança e Adolescente de Tomé Açu – Criança Feliz;
8. relatório de fiscalização judicial virtual realizada pela SOFAJ – 05 a 07/02/2024;
9. Nota técnica que antecedeu os trabalhos de Inspeção - verificação do PJE pela assessora técnica Noemy Carvalho.

Tomé-açu, Pa, 22 de fevereiro de 2024.

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora

Paulo Sérgio Oliveira

Servidor da CGJ

Tatyane Garcia da Silva

Servidora da CGJ

